



Observatório da Oposição

21 DE AGOSTO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 16

Lula descumpre o Arcabouço mesmo antes de ser aprovado

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

RM

SENADOR ROGÉRIO MARINHO

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL

ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

2

POLÍTICA

3

EDUCAÇÃO

4

AGRO

SÍNTESE

- O arcabouço fiscal pressiona o governo por aumento de carga tributária, sobretudo para o financiamento da reedição de políticas.
- Avançou-se sobre a tributação, sobretudo por meio do judiciário.
- Ainda assim, o governo superestimou receitas e agora se frustra com menor arrecadação do que precisa.
- O Executivo entregará déficit maior do que publicizou, mesmo tendo recebido um governo com superávit primário.
- Ao invés de rever suas políticas, aposta-se em um aumento exagerado de gastos e renúncias de receita.
- Como já se sabia, o arcabouço está furado antes mesmo de ter sido aprovado. A possibilidade de cumprimento das metas é cada vez mais remota - para não dizer impossível.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



ECONOMIA

Déficit em 2023 pode chegar a R\$ 145 bilhões

- O novo arcabouço fiscal, como já divulgado pelo Observatório da Oposição, só poderia ser cumprido com um aumento substancial e permanente de arrecadação.
- Para isso, o governo vem propondo diversas medidas arrecadatórias, argumentando - paradoxalmente - que esse aumento não elevará a carga tributária.
- As medidas, contudo, vêm sendo frustradas, sobretudo pelo [superdimensionamento dessas receitas](#).



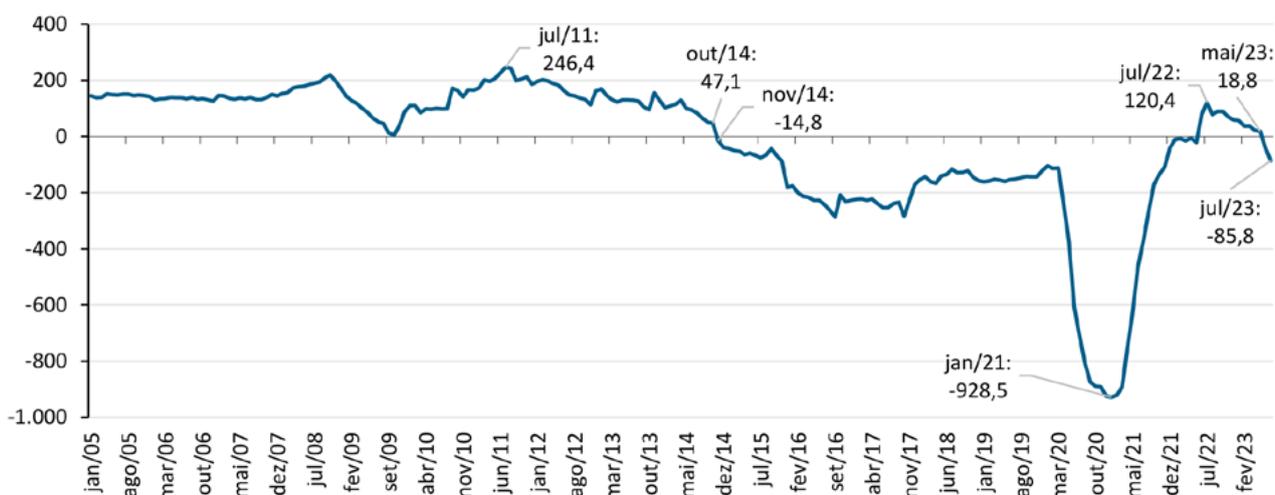
Shutterstock

- Ainda assim, economistas apontaram que mesmo esse aumento de carga tributária não seria suficiente para evitar que a dívida pública crescesse - podendo superar 85% antes mesmo do final do atual mandato.

- A conclusão é evidente: como a base de gastos foi exageradamente inflada, mesmo um ritmo mais lento de crescimento das despesas faria com que a dívida apenas se estabilizasse após 2030 - em um patamar elevado.

A [Secretaria do Tesouro Nacional](#), por exemplo, projeta um déficit em 2023 de R\$ 145 bilhões. [No boletim de resultado do Tesouro Nacional](#) destaca-se que o déficit em junho deste ano é de R\$ 45,2 bilhões, enquanto no ano passado obtivemos superávit de R\$ 14,6 bilhões no mesmo período.

- O resultado disso é a deterioração do cenário fiscal. Apesar de ter recebido um governo com quase R\$ 60 bilhões de superávit primário, projeta-se um Brasil com maior déficit e maior dívida pública.
- A [Instituição Fiscal Independente](#), por exemplo, calcula que o superávit entre janeiro de 2022 e julho de 2022 foi de R\$ 73,4 bilhões. Neste ano, o déficit é de R\$ 67,0 bilhões - uma diferença de mais de R\$ 140 bilhões.
- Em 12 meses, a IFI projeta a seguinte evolução do resultado primário, que indica um aprofundamento do déficit em 2023:



FONTE: IFI

- Já para 2024, [o mercado prevê](#) um déficit de R\$ 81,9 bilhões. Em ambos os casos, os déficits são mais elevados do que o que se permite pela banda inferior do novo arcabouço fiscal.
- Não só se vê um déficit maior do que o arcabouço permite, como se observa um déficit mais elevado do que o inicialmente proposto pelo governo.
- Isso, no entanto, **não é suficiente para que o governo reveja aumentos de gastos e renúncia de receitas.**
- Os anúncios de R\$ 1,7 trilhão de gastos com a reedição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o projeto de reajuste real do salário mínimo, por exemplo, pressionam fortemente as despesas. Por outro lado, a nebulosa “nova política de preços da Petrobras” leva a uma menor arrecadação.
- Destacamos algumas medidas que reduzem receitas, aumentam gastos ou consideram maior arrecadação:



Gastos do PAC	Reajuste SM	Dividendos da Petrobras
R\$ 371 Bilhões em 4 anos com o dinheiro da União e R\$ 343 bilhões com gastos da Petrobras.	Estima-se que cada real de aumento custe R\$ 366 milhões. Portanto, apenas em 2024 teríamos gastos de R\$ 4,4 bilhões.	Em 2022, o governo recebeu R\$ 72 bilhões em dividendos. Já em 2023, com a interferência do governo sobre a política de preços da Petrobras, esse valor caiu para R\$ 13,24 bilhões no primeiro semestre.

Isenção do IR	Isenção de Carros, Caminhões e Ônibus	Depósitos da Caixa
Uma isenção para quem recebe até R\$ 5.000 poderia custar R\$ 216 bilhões em quatro anos	Programa representa uma renúncia de R\$ 1,8 bilhões	Governo considera cerca de R\$ 3,1 bilhões de depósitos judiciais da Caixa como arrecadação apesar de recursos não necessariamente integrarem o Orçamento da União



Não se trata do mérito das medidas.

A realidade é que o governo não apresenta solução viável e razoável para a equação fiscal. Apresenta-se, somente, um avanço sobre a arrecadação, jogando-se o peso de um insuficiente ajuste nas contas públicas sobre o contribuinte brasileiro.

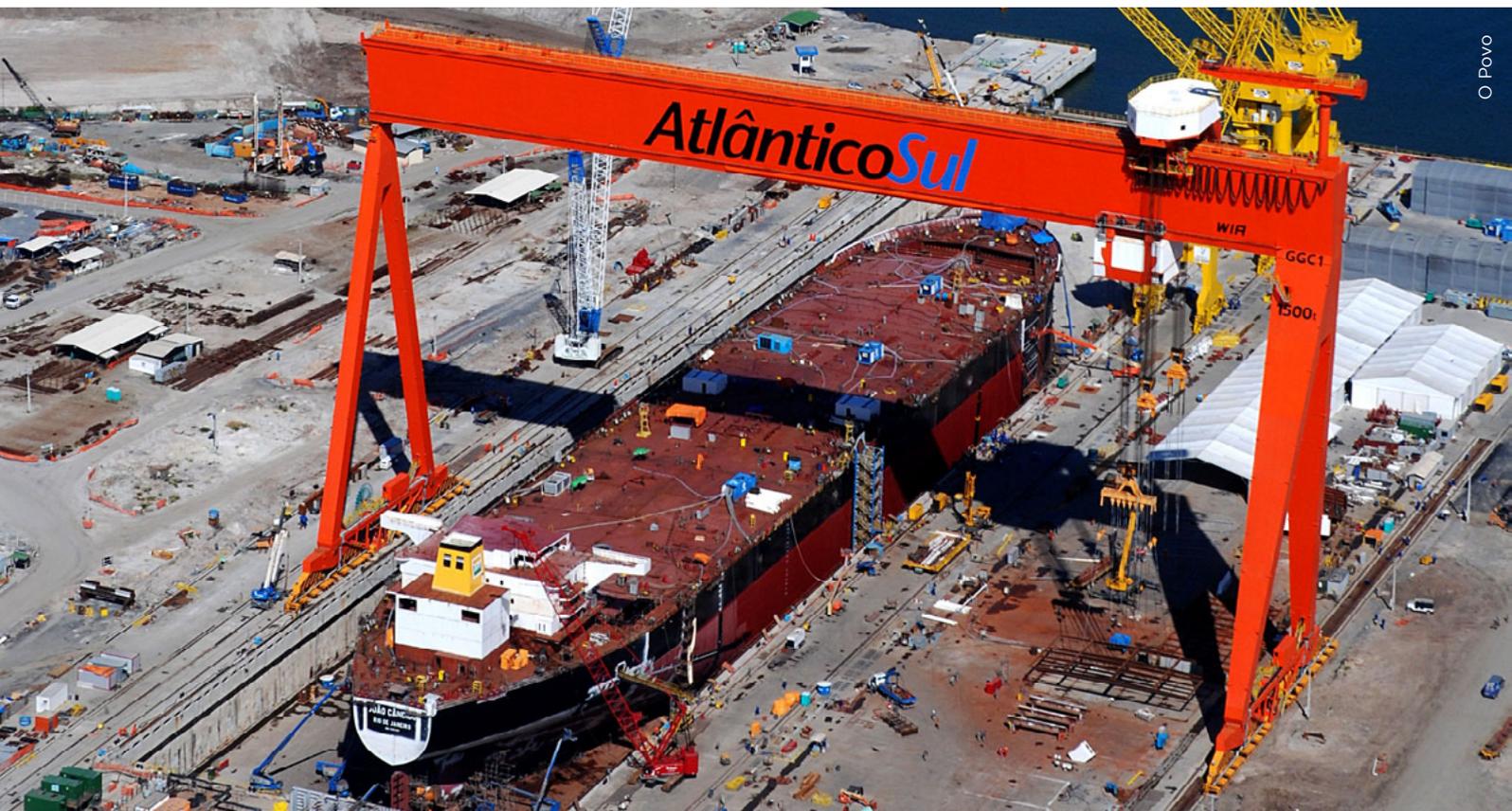
- Ao mesmo tempo, cria-se uma fantasia de que o governo conseguirá financiar despesas dadas como certas com recursos que dependem de difícil aprovação do Congresso, de vitória judicial ou de receitas superestimadas.
- Esse cenário se desdobra em diversas consequências:
 - Pode-se prejudicar, em nome da promulgação de medidas meritórias, as populações mais vulneráveis do país.
 - Já passamos do prazo constitucional para a aprovação do orçamento do próximo ano.
 - O [arcabouço fiscal está furado](#) antes mesmo de ser aprovado.
 - O governo criou [diversas versões do orçamento](#) para se adaptar a um cenário absolutamente incerto.
 - A incerteza com a dívida pública, fator econômico que pressiona a inflação, atrasa a redução dos juros.
 - A [reforma tributária pode ser aprovada apenas em 2024](#), já que a sanha arrecadatória do governo contaminou um debate que deveria ser de Estado.



POLÍTICA

Lula reedita fracassado plano de construção de navios

- Durante a apresentação do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, disse que “vamos lotar os nossos estaleiros de novo”.
- A previsão é de que, dos R\$ 1,7 trilhão previstos no PAC, cerca de R\$ 323 bilhões venham da Petrobrás. Parte dos recursos seriam usados para a construção de 25 navios.
- As tentativas passadas de refazer a indústria naval brasileira não foram bem-sucedidas. Caso se concretize, esse seria o quarto programa em 70 anos que objetiva resgatar essa indústria.



- Entre 2005 e 2012, apenas o Fundo da Marinha Mercante [liberou R\\$ 33,7 bilhões para reformas e construções de estaleiros](#). Esses recursos não vêm de graça, já que o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, responsável por abastecer o fundo, é um componente importante nos custos de transporte de combustíveis, fertilizantes e cargas.
- Na última tentativa, incluída no âmbito dos antigos PACs, não houve sucesso. O livro [“Para não esquecer: políticas públicas que empobrecem o Brasil”](#) se apoia em um estudo do Ipea para argumentar que:



“Ainda com relação a problemas de sustentabilidade em políticas públicas para a indústria naval, em 2014, foi apresentado um estudo produzido pelo Ipea, no qual se identificou que a produtividade do trabalho nos estaleiros não aumentou entre 2005 e 2011, no âmbito do Programa de Renovação da Indústria Naval (Promef). **O referido estudo corrobora a tese da possível incapacidade da indústria local de produzir sondas com a qualidade desejável e a preços competitivos internacionalmente. Ou seja, apesar da reserva de mercado, essa política de substituição de importação não funcionou.**”

- No âmbito dos estaleiros, destaca-se que [o TCU](#) apontou a incapacidade de os estaleiros construírem navios com ganhos de produtividades no âmbito do Promef, além dos atrasos na entrega dos navios.
- Além do economês, a crônica da indústria naval é muitas vezes associada com o navio João Cândido, que após concluído [não conseguiu flutuar](#) no mar e teve, portanto, de ser reparado por 2 anos.



Navio João Cândido: fracasso da indústria naval não conseguiu flutuar no mar.

EVAIR
DE MELO | DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

Na crise provocada pelo governo Dilma, no entanto, cerca de 50 mil trabalhadores perderam seus empregos - muitos deles capacitados justamente para trabalhar no setor.

- Ressaltamos que, apesar do insucesso da política, o processo de redensenvolvimento da indústria naval envolveu a capacitação de mão de obra e a construção de uma enorme infraestrutura.
- Quanto à infraestrutura, a política envolveu diversas empresas denunciadas por corrupção que estiveram no centro da operação Lava-Jato. Os volumosos incentivos à indústria naval acabaram se revelando ineficientes e centrais para a corrupção do período.
- Mesmo que a política fosse aprimorada, o programa poderia prejudicar a saúde financeira da Petrobras, como ocorreu no passado. Isso, quando somado com o abandono da paridade de preço internacional, poderá frustrar as receitas fiscais decorrentes dos dividendos da Petrobras, pressionando ainda mais o orçamento do país.
- Do ponto de vista fiscal, essa combinação representa mais uma superestimativa de receitas, já que o governo está propondo medidas que reduzem os dividendos da Petrobras.
- Na prática, as sucessivas superestimativas de receitas não farão frente aos gastos inflados pelo Novo Arcabouço Fiscal, elevando a dívida nacional e pressionando os juros e a inflação.



EDUCAÇÃO

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

Sem inglês na rede pública: 7 milhões de alunos do ensino médio serão impactados com decisão do governo Lula

O Ministro da Educação, Camilo Santana, entregou ao Congresso Nacional, no último dia 8 de agosto, o **Sumário Executivo do Relatório da Consulta Pública do Ensino Médio** que apresenta os instrumentos utilizados na referida consulta, a síntese das sugestões recebidas e o consolidado das propostas do órgão. O resultado será a base de proposições legais e infralegais a serem apresentadas pelo governo.

Chama a atenção no documento o ponto que pede pela **retirada da imposição da exclusividade da língua inglesa da formação geral básica - FGB**. Além disso, o MEC também propõe, dentre outros pontos, que estudantes de cursos técnicos tenham acesso a uma menor carga horária da FGB, se comparada à proposta para os optantes das demais trilhas formativas. Situação que, além de precarizar a formação básica dos alunos, dificulta a implementação pelos gestores frente a dualidade de carga horária proposta na FGB.

Em relação à supressão da língua inglesa, o governo propõe a língua espanhola, como idioma alternativo, que passaria a compor a FGB juntamente com as seguintes disciplinas: arte, educação física, literatura, história, sociologia, filosofia, geografia, química, física, biologia e educação digital.

O posicionamento causou estranheza até mesmo à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE que se posicionou contrária à proposta do MEC por entender que o poder público deve assegurar a oferta simultânea (e não alternativa) de pelo menos duas línguas estrangeiras (inglês e espanhol).



Alexandre Carvalho

Hoje, o estudo da língua inglesa é obrigatório nos currículos do ensino médio e a oferta de outras línguas estrangeiras tem caráter optativo, com preferência para o espanhol. Previsão expressa da lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB.

Mesmo se deixássemos de lado a importância e a relevância do idioma inglês no mundo cada vez mais globalizado e o seu uso majoritário como segunda língua em vários países, em termos acadêmicos, se torna ainda mais evidente a sua importância.

A gama de estudos, periódicos, artigos, teses publicadas em inglês, justifica a exigência da proficiência no idioma como requisito para o ingresso em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados/doutorados), quando não, essa exigência aparece somada a outros idiomas como condição de ingresso do aluno.

Talvez, na mentalidade simplista da esquerda de fortalecer laços latino-hispânico, a supressão do acesso aos jovens de uma formação mínima na língua inglesa, mesmo que seja no decorrer do ensino médio, não importará em nenhum impacto na vida profissional e acadêmica desses alunos.

Recente levantamento aponta que **a língua inglesa conta com cerca de 1,452 mil milhões de falantes, sendo considerada a mais falada no mundo e o idioma padrão em negócios internacionais, turismo, ciências e tecnologia.** O espanhol, por sua vez, aparece em quarto lugar como idioma mais falado, com mais de 460 milhões em todo mundo.



AGRO

Incra altera regras para criação de assentamentos para beneficiar o MST

Mais um retrocesso para a agricultura familiar. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou a [Instrução Normativa nº 132, de 27 de julho de 2023](#), que degrada as regras para a criação de projetos de assentamentos, em áreas públicas.

A principal mudança é na **extinção de pré-cadastro na Plataforma de Governança Territorial, exigida aos interessados em participar do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. Os registros eram utilizados pelo Incra para comprovar a demanda social pelos novos assentamentos.

A partir de agora, a demanda passa a ser feita por meio de acampamentos identificados na região ou de famílias cadastradas no PNRA feita pelo Incra ou “por outras instituições”. Sem especificar as instituições ou requisitos.





A medida entrega aos movimentos de sem terras (como o MST) a escolha dos indicados para os novos assentamentos, aqueles arregimentados pelos movimentos. O que dificulta bastante para quem não está em acampamento e possui aptidão para agricultura a ser beneficiário da reforma agrária.

A nova normativa também extingue o Estudo da Capacidade de Geração de Renda (ECGR). Ou seja, se não existir viabilidade de renda, aumentará a evasão das famílias nos assentamentos. O agrônomo **Xico Graziano** depôs na CPI do MST e apresentou [estudos](#) que apontam para evasão de mais de 30% das famílias, exatamente pela inviabilidade.

Complementarmente, Graziano demonstrou que o rendimento líquido médio dos assentados no Brasil é de R\$ 288/mês. Portanto, fica clara a importância do estudo de renda para a viabilidade dos assentamentos.

A normativa também exclui mecanismo que não permitia a criação de novos assentamentos, enquanto existissem parcelas vagas ou irregularmente ocupadas na região de influência.

